

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial -	37
---------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações Unidade	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	3.429.000	3.098.277
1.01	Ativo Circulante	884.457	612.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	390.645	254.892
1.01.02	Aplicações Financeiras	167.287	40.547
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	167.287	40.547
1.01.03	Contas a Receber	162.043	147.256
1.01.03.01	Clientes	162.043	147.256
1.01.03.01.01	Contas a Receber	160.535	145.124
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.508	2.132
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.852	4.336
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.464	5.422
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	160.166	160.171
1.01.08.03	Outros	160.166	160.171
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionadas a Concessão	159.860	159.860
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	14	60
1.01.08.03.05	Outros Créditos	292	251
1.02	Ativo Não Circulante	2.544.543	2.485.653
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	777.556	857.511
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	551	611
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.760	1.746
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	775.245	855.154
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.206	1.180
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	772.654	852.583
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	1.385	1.391
1.02.03	Imobilizado	39.831	45.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.206	36.256
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.681	2.256
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.944	7.322
1.02.04	Intangível	1.727.156	1.582.308
1.02.04.01	Intangíveis	1.727.156	1.582.308
1.02.04.01.02	Intagível	1.710.040	1.570.118
1.02.04.01.03	Intangível em construção	17.116	12.190

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	3.429.000	3.098.277
2.01	Passivo Circulante	981.656	711.922
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.124	10.002
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.453	1.714
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.671	8.288
2.01.02	Fornecedores	29.205	24.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.157	23.890
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	48	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	73.816	180.776
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	63.609	169.996
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	53.585	161.145
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	10.024	8.851
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.207	10.780
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	9.742	10.230
2.01.03.03.02	ISS a recolher	465	550
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	496.241	479.913
2.01.04.02	Debêntures	496.241	479.913
2.01.05	Outras Obrigações	370.270	17.231
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.540	6.204
2.01.05.02	Outros	364.730	11.027
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.858	3.020
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	8.846	6.986
2.01.05.02.06	Arrendamento Mercantil	1.026	1.021
2.01.05.02.07	Acordo preliminar	352.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.863.187	1.886.134
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.737.305	1.755.474
2.02.01.02	Debêntures	1.737.305	1.755.474
2.02.02	Outras Obrigações	8.217	9.287
2.02.02.02	Outros	8.217	9.287
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	311	60
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	7.176	7.955
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	730	1.272
2.02.03	Tributos Diferidos	63.812	72.714
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	63.812	72.714
2.02.04	Provisões	53.853	48.659
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53.853	48.659
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	53.387	47.939
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	466	720
2.03	Patrimônio Líquido	584.157	500.221
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	49.350	253.471
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	2.721
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	201.400
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	288.057	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	520.381	1.032.016	394.289	899.045
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-288.164	-450.498	-150.101	-301.197
3.02.01	Custo de Construção	-3.074	-7.750	-1.332	-3.816
3.02.03	Depreciação e Amortização	-168.298	-221.770	-56.336	-107.649
3.02.04	Custo de Outorga	-48.459	-96.748	-46.427	-94.650
3.02.05	Serviços	-42.040	-74.383	-23.517	-48.528
3.02.06	Custo com Pessoal	-17.688	-33.776	-14.811	-31.452
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-4.323	-9.253	-3.958	-8.445
3.02.08	Outros	-4.282	-6.818	-3.720	-6.657
3.03	Resultado Bruto	232.217	581.518	244.188	597.848
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.902	-64.407	-28.777	-52.175
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.097	-64.675	-29.493	-54.355
3.04.02.01	Serviços	-17.173	-35.929	-15.034	-29.297
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-3.543	-6.460	-3.250	-7.269
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-284	-553	-610	-918
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-643	-1.356	-1.071	-2.172
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-945	-1.998	-3.800	-4.426
3.04.02.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	-2.564	-5.448	-3.150	-4.593
3.04.02.07	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais e esportivos	-1.251	-8.211	-1.528	-2.447
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-176	-305	-237	-454
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-292	-616	-439	-1.014
3.04.02.10	Gastos com viagens e estadias	0	0	0	-5
3.04.02.11	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-1	5	-46	-12
3.04.02.12	Outros	-2.225	-3.804	-328	-1.748
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	202	1.169	716	2.184
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7	-901	0	-4
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	203.315	517.111	215.411	545.673
3.06	Resultado Financeiro	-41.382	-83.539	-17.231	-58.842

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	161.933	433.572	198.180	486.831
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.793	-145.515	-66.290	-163.836
3.08.01	Corrente	-58.481	-154.417	-69.443	-171.047
3.08.02	Diferido	4.688	8.902	3.153	7.211
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	108.140	288.057	131.890	322.995
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	108.140	288.057	131.890	322.995
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,61794	0,75366	0,75366	1,84569
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,61794	0,75366	0,75366	1,84569

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	108.140	288.057	131.890	322.995
4.03	Resultado Abrangente do Período	108.140	288.057	131.890	322.995

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	567.328	537.940
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	679.013	578.610
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	288.057	322.995
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-8.902	-7.211
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	79.929	79.928
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	222.684	109.821
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	219	4
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	88.986	66.651
6.01.01.11	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-5	12
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	7.319	2.682
6.01.01.15	Capitalização de Custo de Empréstimos	-993	-463
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-1	26
6.01.01.18	Atualização Monetária da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	1.151	4.165
6.01.01.19	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	127	0
6.01.01.20	Depreciação - Arrendamento mercantil	442	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-111.685	-40.670
6.01.02.01	Contas a Receber com Clientes	-15.406	25.544
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	610	2
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	2.484	-2.274
6.01.02.04	Despesas Antecipadas, Depósitos Judiciais e Outras	2.983	2.327
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	46	73
6.01.02.07	Fornecedores	5.206	-3.266
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-664	953
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.373	-480
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Impostos	151.399	184.182
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-258.613	-244.383
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-162	-585
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	1.081	-509
6.01.02.15	Pagamento para Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-3.022	-2.254
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-136.096	-248.469
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-1.345	-3.829
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-8.209	-4.601
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	198	87
6.02.10	Aplicações financeiras liquidas de resgate	-126.740	-240.126
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-295.479	-296.272
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	-57.750	-50.050
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Juros	-33.077	-42.837
6.03.05	Arrendamento mercantil - Pagamentos	-531	0
6.03.07	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-204.121	-203.385
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	135.753	-6.801

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	254.892	13.509
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	390.645	6.708

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	253.471	0	0	0	500.221
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	253.471	0	0	0	500.221
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-204.121	0	0	0	-204.121
5.04.06	Dividendos	0	-204.121	0	0	0	-204.121
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	288.057	0	288.057
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	288.057	0	288.057
5.07	Saldos Finais	246.750	49.350	0	288.057	0	584.157

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	252.735	0	0	499.485
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	252.735	0	0	499.485
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-203.385	0	0	-203.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-203.385	0	0	-203.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	322.995	0	322.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	322.995	0	322.995
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.350	322.995	0	619.095

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	1.129.909	984.393
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.128.911	983.942
7.01.02	Outras Receitas	993	463
7.01.02.01	Juros capitalizados	993	463
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	5	-12
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-249.789	-108.386
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-87.671	-59.792
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-154.368	-44.778
7.02.04	Outros	-7.750	-3.816
7.02.04.01	Custo de construção	-7.750	-3.816
7.03	Valor Adicionado Bruto	880.120	876.007
7.04	Retenções	-223.126	-109.821
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-223.126	-109.821
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	656.994	766.186
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.868	18.081
7.06.02	Receitas Financeiras	7.868	18.081
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	664.862	784.267
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	664.862	784.267
7.08.01	Pessoal	35.669	34.218
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.007	20.621
7.08.01.02	Benefícios	11.606	11.877
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.307	1.255
7.08.01.04	Outros	749	465
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	247.293	253.548
7.08.02.01	Federais	191.140	204.282
7.08.02.02	Estaduais	120	174
7.08.02.03	Municipais	56.033	49.092
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	93.843	173.506
7.08.03.01	Juros	92.291	77.297
7.08.03.02	Aluguéis	1.552	1.559
7.08.03.03	Outras	0	94.650
7.08.03.03.01	Outorga	0	94.650
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	288.057	322.995
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	288.057	322.995

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Abril a Junho/2021

A AutoBAN (“CCR AutoBAN” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T2021.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional foi de R\$ 517,3 milhões (31,6%);
- O EBIT recuou para R\$ 203,3 milhões (-5,6%) e a margem EBIT ajustada para 39,3% (-15,5 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 412,2 milhões (31,8%) e a margem EBITDA ajustada 79,7% (0,1 p.p.);
- O lucro líquido totalizou R\$ 108,1 milhões (-18,0%).

Indicadores (R\$ MM)	2T21	2T20	Var.%
Receita Líquida Operacional*	517,3	393,0	31,6%
EBIT	203,3	215,4	-5,6%
Margem EBIT Ajustada (a)	39,3%	54,8%	-15,5 p.p.
EBITDA (ajustado)	412,2	312,8	31,8%
Margem EBITDA (ajustada) (a)	79,7%	79,6%	0,1 p.p.
Lucro Líquido	108,1	131,9	-18,0%

*Receita Líquida Operacional é a Receita Líquida deduzida da Receita de Construção.

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq ¹)	2T21	2T20	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	24.529.610	15.929.080	54,0%
Veículos Comerciais (Eq)	37.665.065	32.642.777	15,4%
Veículos Equivalentes	62.194.675	48.571.857	28,0%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

Tráfego consolidado (28,0%)

O tráfego consolidado do 2T21 registrou crescimento de 28,0% sobre o 2T20, tendo como principal influência a flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no estado de São Paulo que vigoram desde março de 2020 por conta da pandemia do COVID-19.

Veículos de passeio (54,0%)

A flexibilização das medidas contra o COVID-19 impactou fortemente a movimentação no tráfego de passeio que registrou crescimento de 54,0% sobre o 2T20.

Veículos comerciais (15,4%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T21 foi menos impactada pela flexibilização das medidas contra o COVID-19 e ainda assim registrou crescimento de 15,4% comparada ao 2T20.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

A tarifa de pedágio teve um reajuste de 1,88% a partir da zero hora de 1º de dezembro de 2020, considerando a variação acumulada de 12 meses do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de junho de 2019 a maio de 2020. O reajuste deveria ocorrer a partir da zero hora de 1º de julho de 2020 conforme contrato de concessão, porém foi postergado pela ARTESP devido ao cenário da pandemia, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30 de junho de 2020.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	2T21	2T20	Var. %
Receita de Pedágio	555.213	421.910	31,6%
Receita Partes Relacionadas	963	898	7,1%
Receitas Acessórias	10.056	7.415	35,6%
Receita Bruta Operacional Total	566.232	430.223	31,6%

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	2T21	2T20	Var. %
Total	3.074	1.332	130,8%

No 2T21 os principais investimentos realizados pela Companhia foram as recuperações de pavimento e obras de arte especiais, além de obra de implantação e alargamento de marginal da SP-330 em alguns trechos no município de Jundiá (km 53 ao 56).

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T21 (conforme demonstrado no quadro 1.1) foi 31,6% maior do que no mesmo período do ano anterior, indicando a recuperação de tráfego impactado pela pandemia no segundo trimestre de 2020.

Comentário do Desempenho

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total foi de 8,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 48,9 milhões.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	2T21	2T20	Var. %
Custo de Construção	3.074	1.332	130,8%
Depreciação e Amortização	168.941	57.407	194,3%
Custo da Outorga	48.459	46.427	4,4%
Serviços de Terceiros	59.213	38.551	53,6%
Pessoal	21.231	18.061	17,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	6.159	4.568	34,8%
Outros	9.989	12.532	-20,3%
Custos Totais	317.066	178.878	77,3%

Custo de construção: O custo de construção sofreu um aumento de 130,8% no 2T21 quando comparado ao 2T20. Este aumento reflete o início da realização de investimentos postergados em 2020 e pagamentos de desapropriações.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas de 194,3% no 2T21 em comparação ao 2T20 se deve substancialmente à amortização do pagamento em razão da assinatura do TAM preliminar em 29 de junho de 2021.

Custo da outorga: O custo da outorga no 2T21 aumentou em 4,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da outorga variável resultante do aumento de receita.

Serviços de Terceiros: Os valores no 2T21 estão 53,6% maiores do que no 2T20 devido à maior realização de serviços de conservação (sinalização horizontal) e à intensificação das intervenções no pavimento e nas Obras de Arte Especial da rodovia.

Pessoal: O custo com pessoal no 2T21 foi 17,6% maior em comparação com o mesmo período do ano anterior, especialmente devido ao aumento dos gastos com provisão do PPR e assistência médica.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 2T21 foram 34,8% maiores em relação ao 2T20, substancialmente devido ao aumento no preço dos combustíveis, e da compra de materiais para manutenção e conservação, que foram postergadas no ano de 2020.

Outros: Os valores do 2T21 apresentaram queda de 20,3% em relação ao 2T20, devido ao pagamento de franquias de seguro no segundo trimestre de 2020 (R\$ 1 milhão), redução nos valores com Campanhas e Eventos Promocionais e ausência de lançamentos de Leis Rouanet no segundo trimestre de 2021.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	2T21	2T20	Var.%
Lucro Líquido	108,1	131,9	-18,0%
(+) IR/CS	53,8	66,3	-18,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	41,4	17,2	140,7%
(+) Depreciação e Amortização	168,9	57,4	194,3%
EBITDA (a)	372,2	272,8	36,4%
Margem EBITDA	71,5%	69,2%	2,3 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	40,0	40,0	0,0%
EBITDA ajustado	412,2	312,8	31,8%
Margem EBITDA ajustada (c)	79,7%	79,6%	0,1 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	2T21	2T20	Var.%
Lucro Líquido	108,1	131,9	-18,0%
(+) IR/CS	53,8	66,3	-18,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	41,4	17,2	140,7%
EBIT (a)	203,3	215,4	-5,6%
Margem EBIT	39,1%	54,6%	-15,5 p.p.
Margem EBIT Ajustada (d)	39,3%	54,8%	-15,5 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas informações trimestrais (ITR).

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	2T21	2T20	Var.%
Despesas Financeiras	45,0	28,3	59,0%
Juros e variações monetárias	45,1	28,1	61,1%
Capitalização de custos dos empréstimos	-0,5	-0,1	400,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,4	0,3	0,0%
Receitas Financeiras	-3,6	-11,1	-67,6%
Varição monetária sobre debêntures	0,0	-7,5	-100,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-3,3	-3,3	0,0%
Juros e outras receitas financeiras	-0,3	-0,3	0,0%
Resultado Financeiro Líquido	41,4	17,2	140,7%

O Resultado Financeiro Líquido no 2T21 variou 140,7% quando comparado com o 2T20, principalmente pela alta variação dos indexadores das dívidas, em especial o CDI, além da menor disponibilidade de caixa em 2020, que afetou o rendimento sobre as aplicações financeiras.

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	2T21	2T20	Var.%
Total de acidentes	1.175	820	43,3%
Total de vítimas	793	539	47,1%

4. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Jundiaí, 12 de agosto de 2021.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2021

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 17 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

Neste semestre, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A concessionária ainda sente os efeitos da redução de tráfego causada pela pandemia do COVID-19, especialmente devido ao aumento de casos e mortes entre os meses de março e maio, cujas consequências foram medidas mais rígidas de restrição à circulação e fechamento de estabelecimentos, afetando diretamente o tráfego.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Acordo preliminar

Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da Companhia com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos:

- Pagamento do valor total de R\$ 352.000 pela Companhia, decorrente de recálculo dos Termos Aditivos de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretroatável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente;
- Foi preservado o prazo de vigência do contrato de concessão da Companhia estabelecido nos TAMs de 2006 e subsequentes;

O acordo implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da Companhia, descritas na nota explicativa 1.4, relativamente às demandas de anulação dos TAMs do ano de 2006 e dos reajustes tarifários de 2013 e 2014. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 2022. O pagamento de R\$ 352.000, realizado em 14 de julho de 2021, foi considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo.

Notas Explicativas

Está definido o prazo de nove meses, contados da data de assinatura do acordo, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à Companhia, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento e a partir de crédito regulatório que lhe é favorável, ter confirmado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, por meio da extensão de prazo, até 31 de janeiro de 2037.

1.2. Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Em 04 de junho de 2020 o Estado de São Paulo interpôs recursos aos tribunais superiores questionando unicamente a destinação de valores a título de doação à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de destinar para os cofres do Estado tais quantias, sendo este o único tema pendente de definição nos recursos que aguardam julgamento definitivo pelo STJ e STF. Aguardam-se processamento e julgamento dos referidos recursos.

1.3. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto à duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

1.4. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles principalmente:

Notas Explicativas

i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

O Estado de São Paulo e a Companhia discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 (“TAM”), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a Companhia requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Aguarda-se a homologação das renúncias e encerramento dos processos judiciais.

ii. Reajuste Tarifário 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 20 de julho de 2021, a suspensão da ação.

iii. Reajuste Tarifário 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Concessionária. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2012, a suspensão da ação.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1014628-22.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Notas Explicativas

Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia contemplam ajustes decorrentes destes processos.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 97.199, substancialmente composto pelo Acordo Preliminar, detalhado na nota explicativa nº 1.1. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando seus passivos.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	6.277	9.278
Fundos de investimentos e CDB	384.368	245.614
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>390.645</u>	<u>254.892</u>

Aplicações financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	167.287	40.547
Total - Aplicações financeiras	<u>167.287</u>	<u>40.547</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,94 % do CDI, equivalente a 2,62 % a.a. (99,69% do CDI, equivalente a 2,76% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	5.639	7.457
Pedágio eletrônico (b)	154.935	137.711
	160.574	145.168
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(39)	(44)
	<u>160.535</u>	<u>145.124</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	160.206	140.403
Créditos vencidos até 60 dias	291	4.711
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	38	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	33	23
Créditos vencidos há mais de 180 dias	6	21
	<u>160.574</u>	<u>145.168</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;

Notas Explicativas

- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	161.933	433.572	198.180	486.831
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(55.057)	(147.414)	(67.381)	(165.523)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(238)	(1.456)	(667)	(1.154)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(244)	(443)	(126)	(316)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.739	3.475	1.876	3.143
Outros ajustes tributários	7	323	8	14
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(53.793)</u>	<u>(145.515)</u>	<u>(66.290)</u>	<u>(163.836)</u>
Impostos correntes	(58.481)	(154.417)	(69.443)	(171.047)
Impostos diferidos	4.688	8.902	3.153	7.211
	<u>(53.793)</u>	<u>(145.515)</u>	<u>(66.290)</u>	<u>(163.836)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,22%</u>	<u>33,56%</u>	<u>33,45%</u>	<u>33,65%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	30/06/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	260	(28)	232	232	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	15	-	15	15	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16.304	1.848	18.152	18.152	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(89.723)	6.762	(82.961)	108.259	(191.220)
Provisão para perda de investimentos	297	(297)	-	-	-
Provisão para fornecedores	7	(7)	-	-	-
Arrendamento mercantil	12	13	25	25	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	585	585	585	-
Outros	114	26	140	140	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(72.714)	8.902	(63.812)	127.408	(191.220)
Compensação de imposto	-	-	-	(127.408)	127.408
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(72.714)</u>	<u>8.902</u>	<u>(63.812)</u>	<u>-</u>	<u>(63.812)</u>

Notas Explicativas

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	30/06/2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.713	(1.244)	469	469	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	31	4	35	35	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	14.694	1.562	16.256	16.256	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(102.242)	6.842	(95.400)	108.259	(203.659)
Provisão para perda de investimentos	297	-	297	297	-
Outros	20	47	67	67	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(85.487)	7.211	(78.276)	125.383	(203.659)
Compensação de imposto	-	-	-	(125.383)	125.383
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(85.487)	7.211	(78.276)	-	(78.276)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	4.585	4.585	155.275	155.275	159.860	159.860
Não Circulante	22.160	24.452	750.494	828.131	772.654	852.583

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 79.929 (R\$ 79.928 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/06/2021		30/06/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo	Passivo
Contas a receber			Fornecedores e contas a pagar	
Controladora indireta				
CCR	14.859 (a)	-	8 (d)	2.329 (a)
Outras partes relacionadas				
COR	-	-	-	1 (d)
Via Oeste	-	-	6 (d)	3 (d)
ViaQuatro	-	-	13 (d)	-
RodoAnel Oeste	-	-	-	3 (d)
CPC	20.055 (b)(g)	976	302 (d)	3.111 (b)
Samm	556 (e)	966 (c)	2.938 (c)	93 (e)
Instituto Cultural Flavio Gutierrez - ICFG	400 (f)	-	-	-
SPVias	-	-	1 (d)	-
Instituto CCR	1.182 (h)	-	-	-
Total	37.052	1.942	3.268	5.540

	Transações			
	01/04/2021 a 30/06/2021		01/04/2020 a 30/06/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas
Controladora indireta				
CCR	7.430 (a)	-	5.767 (a)	-
Outras partes relacionadas				
CPC	10.862 (b)(g)	488	11.230 (b)	459
Samm	278 (e)	475 (c)	274 (e)	439 (c)
Instituto CCR	1.182 (h)	-	-	-
Total	19.752	963	17.271	898

	Transações		Saldos	
	01/01/2020 a 30/06/2020		31/12/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo	Passivo
Contas a receber			Fornecedores e contas a pagar	
Controladora				
Infra SP	-	-	189 (d)	38 (d)
Controladora Indireta				
CCR	11.535 (a)	-	22 (d)	1.826 (a)
Outras partes relacionadas				
ViaLagos	-	-	3 (d)	-
Via Quatro	-	-	13 (d)	13 (d)
CPC	21.618 (b)	917	308 (d)	4.218 (b)
Samm	548 (e)	857 (c)	2.924 (c)	57 (e)
SPVias	-	-	10 (d)	2 (d)
Renovias	-	-	409 (d)	50 (d)
Total	33.701	1.774	3.878	6.204

Notas Explicativas

Despesas com profissionais chave da administração

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Remuneração: (i)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	700	923	217	446
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	-	163	326
Complemento (Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	-	(122)	244	244
Previdência privada	13	30	10	27
Seguro de vida	-	1	-	1
	<u>713</u>	<u>832</u>	<u>634</u>	<u>1.044</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração dos administradores (i)	86	293

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- Encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente a emissão do documento;
- Prestação de serviço de transmissão de dados, cujo valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao faturamento;
- Doação para o projeto de manutenção do Museu de Sant'Ana, em Tiradentes (MG). Prevê a realização de cinco eventos de música instrumental, três eventos literários e uma exposição "Os Santos Anjos";
- Contrato de serviços especializados de elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, vigente até janeiro de 2022, cujo vencimento se dá até o 1º dia do mês subsequente a prestação do serviço;
- Contrato de doação com o Instituto CCR a fim de viabilizar ações, campanhas e projetos corporativos e sociais. Sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2021, todas as doações ocorrerão até o último dia de novembro de 2021; e
- Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		30/06/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		
					(a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.200	-	-	23	-	3.223
Máquinas e equipamentos		58.138	-	(69)	547	-	58.616
Veículos		17.310	-	(4.651)	691	-	13.350
Equipamentos operacionais		161.811	-	(24)	1.468	(17)	163.238
Imobilizações em andamento		7.322	1.585	(106)	(2.805)	(52)	5.944
Total custo		247.781	1.585	(4.850)	(76)	(69)	244.371
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	11	(2.624)	(111)	-	-	-	(2.735)
Máquinas e equipamentos	12	(42.243)	(2.242)	69	-	-	(44.416)
Veículos	24	(14.080)	(786)	4.624	-	-	(10.242)
Equipamentos operacionais	14	(145.256)	(3.596)	24	-	-	(148.828)
Total depreciação		(204.203)	(6.735)	4.717	-	-	(206.221)
Total geral		43.578	(5.150)	(133)	(76)	(69)	38.150

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/12/2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		
					(a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.150	-	(7)	57	-	3.200
Máquinas e equipamentos		57.119	-	(56)	1.092	(17)	58.138
Veículos		19.938	-	(4.695)	2.067	-	17.310
Equipamentos operacionais		159.582	-	(14)	2.243	-	161.811
Imobilizações em andamento		6.347	6.030	-	(5.055)	-	7.322
Total custo		246.136	6.030	(4.772)	404	(17)	247.781
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	11	(2.410)	(221)	6	1	-	(2.624)
Máquinas e equipamentos	12	(36.528)	(5.770)	56	(1)	-	(42.243)
Veículos	25	(16.400)	(2.294)	4.614	-	-	(14.080)
Equipamentos operacionais	14	(137.334)	(7.936)	14	-	-	(145.256)
Total depreciação		(192.672)	(16.221)	4.690	-	-	(204.203)
Total geral		53.464	(10.191)	(82)	404	(17)	43.578

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 240 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 154 no semestre findo em 30 de junho de 2020). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi de 0,35% a.m. e de 0,34% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; e
 (b) Refere-se a crédito de IRRF e sinistros.

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		30/06/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		
					(a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		3.311.743	352.000(c)	-	3.609	(146)	3.667.206
Direitos de uso de sistemas informatizados		16.815	-	-	2	(9)	16.808
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.147	587	(86)	(233)	-	3.415
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		5.720	-	-	147	-	5.867
Total custo		3.337.425	352.587	(86)	3.525	(155)	3.693.296
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.747.173)	(215.487)(c)	-	-	-	(1.962.660)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.618)	(409)	-	-	-	(15.027)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.516)	(53)	-	-	-	(5.569)
Total amortização		(1.767.307)	(215.949)	-	-	-	(1.983.256)
Total intangível		1.570.118	136.638	(86)	3.525	(155)	1.710.040
Intangível em construção		12.190	8.375	-	(3.449)	-	17.116

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/12/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (b)	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		3.303.963	-	8.211	(431)	3.311.743
Direitos de uso de sistemas informatizados		16.216	-	599	-	16.815
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.458	2.692	(1.003)	-	3.147
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		5.720	-	-	-	5.720
Total custo		3.327.357	2.692	7.807	(431)	3.337.425
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.533.789)	(213.384)	-	-	(1.747.173)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(13.309)	(1.309)	-	-	(14.618)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.424)	(92)	-	-	(5.516)
Total amortização		(1.552.522)	(214.785)	-	-	(1.767.307)
Total intangível		1.774.835	(212.093)	7.807	(431)	1.570.118
Intangível em construção		10.939	9.462	(8.211)	-	12.190

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações entre o ativo imobilizado e o ativo intangível;

(b) Refere-se a crédito de IRRF e desapropriações;

(c) Refere-se ao pagamento de R\$ 352.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início dos prazos estendidos das concessões definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 109.428, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto que a parcela remanescente de R\$ 242.572, será amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 1.1 – Acordo preliminar.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 753 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 309 no semestre findo em 30 de junho de 2020). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi de 0,35% a.m. e de 0,34% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

13. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	31/12/2020		30/06/2021	
	Saldo inicial	Adições / Remensuração	Depreciação	Saldo final
Veículos	2.256	(133)	(442)	1.681
	<u>2.256</u>	<u>(133)</u>	<u>(442)</u>	<u>1.681</u>

b. Passivo de arrendamento

	31/12/2020		30/06/2021			
	Saldo inicial	Adições / Remensuração	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	(1.021)	-	(127)	531	(409)	(1.026)
Não circulante	(1.272)	133	-	-	409	(730)
	<u>(2.293)</u>	<u>133</u>	<u>(127)</u>	<u>531</u>	<u>-</u>	<u>(1.756)</u>

Notas Explicativas

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 6,49% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 247, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	<u>30/06/2021</u>
2022	484
2023	246
Total	<u>730</u>

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2021	Vencimento Final	30/06/2021	31/12/2020
8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	2.882	Julho de 2022	871.443	832.758 (c)
9a Emissão - Série Única	109,5% do CDI	0,0396% (b)	366	20	Agosto de 2021	341.930	337.182 (c)
10a Emissão - Série Única	CDI + 1,20% a.a	1,3001% (a)	2.798	1.675	Outubro de 2026	615.768	671.932 (c)
11a Emissão - Debêntures	CDI + 2,62% A.A.	3,0282% (a)	4.500	3.169	Julho de 2023	404.405	393.515 (c)
Total geral				<u>7.746</u>		<u>2.233.546</u>	<u>2.235.387</u>
						30/06/2021	31/12/2020
Circulante							
Debêntures						500.950	484.638
Custos de transação						(4.709)	(4.725)
						<u>496.241</u>	<u>479.913</u>
Não Circulante							
Debêntures						1.740.342	1.760.870
Custos de transação						(3.037)	(5.396)
						<u>1.737.305</u>	<u>1.755.474</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2021</u>
2022	911.441
2023	497.800
2024	107.800
2025 em diante	223.301
(-) Custo de transação	<u>(3.037)</u>
Total	<u>1.737.305</u>

A Companhia possui contratos de debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2021, ocorreu pagamento de principal e juros nos valores de R\$ 57.750 e R\$ 22.407, respectivamente. Não ocorreram novas captações e/ou liquidações durante o período.

Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciários e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2020</u>		<u>30/06/2021</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis	8.306	2.685	(152)	(2.157)	859	9.541
Trabalhistas e previdenciários	3.456	1.307	(143)	(865)	157	3.912
Tributários	<u>36.177</u>	<u>3.622</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>135</u>	<u>39.934</u>
	<u>47.939</u>	<u>7.614</u>	<u>(295)</u>	<u>(3.022)</u>	<u>1.151</u>	<u>53.387</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis e administrativos	2.156	3.843
Trabalhistas e previdenciários	2.286	1.643
Tributários (a)	<u>23.370</u>	<u>22.098</u>
	<u>27.812</u>	<u>27.584</u>

(a) Do montante total, R\$ 18.147 refere-se à execução fiscal relativa ao não recolhimento do ISSQN para a prefeitura do município de Cajamar do exercício de 2004.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2021 é de R\$ 30.953 (R\$ 36.296 em 31 de dezembro de 2020).

16. Patrimônio Líquido**a. Lucro básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/06/2020</u>
Numerador				
Lucro líquido do período	108.140	288.057	131.890	322.995
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,61794</u>	<u>1,64604</u>	<u>0,75366</u>	<u>1,84569</u>

b. Dividendos

Em 05 de abril de 2021, foi aprovado através de Ata de Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos à conta de Dividendos adicionais propostos do exercício de 2020 no montante de R\$ 201.400, correspondente a R\$ 1,151 por ação e o saldo constituído como “Reserva de Retenção de Lucros” em 31 de dezembro de 2020, foi também, distribuído como dividendos adicionais no montante de R\$ 2.721, correspondente a R\$ 0,01555 por ação. Ambos os pagamentos ocorreram em 26 de abril de 2021.

17. Receitas operacionais

	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/06/2020</u>
Receitas de pedágio	555.213	1.100.045	421.910	962.799
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	3.074	7.750	1.332	3.816
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	963	1.942	898	1.774
Receitas acessórias	<u>10.056</u>	<u>19.174</u>	<u>7.415</u>	<u>15.553</u>
Receita bruta	<u>569.306</u>	<u>1.128.911</u>	<u>431.555</u>	<u>983.942</u>
Impostos sobre receitas	(48.924)	(96.893)	(37.250)	(84.870)
Abatimentos	(1)	(2)	(16)	(27)
Deduções das receitas brutas	<u>(48.925)</u>	<u>(96.895)</u>	<u>(37.266)</u>	<u>(84.897)</u>
Receita líquida	<u>520.381</u>	<u>1.032.016</u>	<u>394.289</u>	<u>899.045</u>

Notas Explicativas

18. Resultado financeiro

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Despesas Financeiras				
Juros sobre debêntures	(28.122)	(51.764)	(28.088)	(62.445)
Varição monetária sobre debêntures	(16.972)	(39.637)	-	(14.058)
Capitalização de custos dos empréstimos	511	993	145	463
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(2)	(6)	(15)	(41)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(30)	(127)	-	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(381)	(866)	(345)	(842)
	<u>(44.996)</u>	<u>(91.407)</u>	<u>(28.303)</u>	<u>(76.923)</u>
Receitas Financeiras				
Varição monetária sobre debêntures	-	2.415	7.435	9.852
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.333	4.874	3.333	7.617
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5	7	15	15
Juros e outras receitas financeiras	276	572	289	597
	<u>3.614</u>	<u>7.868</u>	<u>11.072</u>	<u>18.081</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(41.382)</u>	<u>(83.539)</u>	<u>(17.231)</u>	<u>(58.842)</u>

19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações trimestrais intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	6.277	-	-	9.278	-	-
Aplicações financeiras	551.655	-	-	286.161	-	-
Contas a receber	-	160.535	-	-	145.124	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.268	-	-	3.878	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(2.233.546)	-	-	(2.235.387)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(32.015)	-	-	(30.986)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(5.540)	-	-	(6.204)
Arrendamento mercantil	-	-	(1.756)	-	-	(2.293)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.858)	-	-	(3.020)
	<u>557.932</u>	<u>163.803</u>	<u>(2.275.715)</u>	<u>295.439</u>	<u>149.002</u>	<u>(2.277.890)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Notas Explicativas

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	2.241.292	2.318.339	2.245.508	2.368.482

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo abaixo de instrumento financeiro avaliado pelo valor justo, o qual está qualificado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	551.655	286.161

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxa de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (6) e (7)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 8ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Julho de 2022	874.324	(121.668)	(140.427)	(159.187)
Debêntures - 9ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2021	341.950	(2.243)	(2.792)	(3.336)
Debêntures - 10ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Outubro de 2026	617.443	(33.341)	(39.824)	(46.306)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Julho de 2023	407.575	(28.036)	(32.375)	(36.715)
ISS Parcelado	Selic ⁽⁴⁾		931	(39)	(48)	(58)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		399.110	16.197	20.244	24.290
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		152.545	553	689	823
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(168.577)</u>	<u>(194.533)</u>	<u>(220.489)</u>
Efeito sobre as debêntures				(185.288)	(215.418)	(245.544)
Efeito sobre as aplicações financeiras				16.750	20.933	25.113
Efeito sobre obrigações parceladas				(39)	(48)	(58)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(168.577)</u>	<u>(194.533)</u>	<u>(220.489)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
		CDI ⁽²⁾		4,15%	5,18%	6,22%
		IPC-A ⁽³⁾		8,35%	10,44%	12,53%
		Selic over ⁽⁴⁾		4,15%	5,18%	6,22%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2021, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa de 30/06/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, IPCA e Selic).

Notas Explicativas

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1 de 31 de dezembro de 2020).

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 16.981 referente ao direito de outorga variável (R\$ 15.307 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 30 de junho de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 401.636 (R\$ 17.226 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores incluem os investimentos formalizados no Acordo Preliminar em 29 de junho de 2021. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.1.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 30 de junho de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/06/2021</u>
Tributos a recuperar	(26)
Acordo preliminar	<u>352.000</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>351.974</u>
Adições ao ativo intangível	(352.000)
Outros de imobilizado	<u>26</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(351.974)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

Notas Explicativas

	Debêntures	Dividendos a pagar	Arrendamento mercantil	Total
Saldo Inicial	(2.235.387)	-	(2.293)	(2.237.680)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	90.827	-	531	91.358
Dividendos pagos	-	204.121	-	204.121
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	90.827	204.121	531	295.479
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(88.986)	-	-	(88.986)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(127)	(127)
Outras variações que não afetam caixa	-	(204.121)	133	(203.988)
Total das outras variações	(88.986)	(204.121)	6	(293.101)
Saldo Final	(2.233.546)	-	(1.756)	(2.235.302)

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente do Conselho
Waldo Edwin Perez Leskovar	Vice - Presidente do Conselho
Marcio Yassuhiro Iha	Conselheiro

Composição da Diretoria

Rogério Cezar Bahú	Diretor Presidente e de RI
Fábio Russo Corrêa	Diretor Operacional

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial -

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera- Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera- Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.2 às informações contábeis intermediárias, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2021 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.
Jundiaí/SP, 12 de agosto de 2021.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.
Jundiaí/SP, 12 de agosto de 2021.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor Operacional